



HISTÓRIA CULTURAL E MICRO-HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

CULTURAL HISTORY AND MICRO-HISTORY: A HISTORIOGRAPHIC RELATION

Júlia Leite Gregory*

Resumo: Este artigo realiza algumas reflexões acerca da relação existente entre a história cultural e a micro-história, bem como busca traçar a trajetória desses dois campos teórico-metodológicos, evidenciando suas influências e aquilo que combatiam. A partir de uma revisão bibliográfica e de referenciais teóricos foi possível constatar que as duas partem da mesma discussão historiográfica, sendo uma resposta ao estruturalismo e à visão positivista de desenvolvimento. Ambas se beneficiaram muito com a valorização da análise de pequenos acontecimentos e com a influência da antropologia cultural, porém, a partir da década de 1990 a história global passou a defender a utilização da longa duração como escala de análise. Por conseguinte, conclui-se que não se deve fazer uma escolha entre os níveis de experiência, e sim empregar a variação de escala para alcançar a realidade complexa.

Palavras-chave: História Cultural. Micro-História. Historiografia.

Abstract: This article aims to do some reflections about the relation between cultural history and micro-history, and seeks to trace the trajectory of these theoretical-methodological fields, showing their influences and what they were against. From a bibliographical review and theoretical references it was possible to verify that both go from the same historiographic discussion, being an answer to the structuralism and the positivism vision of development. Both benefited greatly from the analysis of small events and the influence of cultural anthropology. However, from the 1990s onwards, global history began to defend the use of long term as a scale of analysis. Therefore, it's concluded that one should not make a choice between the levels of experience, but rather use the variation of scale to achieve complex reality.

Key words: Cultural History. Micro-history. Historiography.

Considerações iniciais

A história cultural passou por várias renovações historiográficas ao longo do tempo, sendo interpretada de diferentes maneiras desde o século XIX até a atualidade. Sua última renovação foi na década de 1970, quando se constituiu a nova história cultural, liderada por

* Graduada em História pela Universidade do Vale do Taquari e Mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade, sendo bolsista PROSUC-CAPES. Tem interesse nas seguintes temáticas: história social, história das elites, micro-história, comércio de terras, imigração e colonização.



autores como Ginzburg, Chartier, Davis, Darnton e Burke. Tudo pode ser objeto de estudo para a história cultural, pois tudo diz respeito ao modo de agir e ser dos seres humanos. A qualidade do estudo não depende do objeto e sim, do modo como se trata o fenômeno histórico. Essa nova história cultural surgiu como resposta ao estruturalismo e à história das mentalidades, que entendia a cultura como um terceiro nível de experiência histórica, sendo derivada do econômico e do social, concepção combatida pelos novos historiadores culturais.

Também como resposta ao estruturalismo e à história serial francesa, surgiu a micro-história¹ em meados da década de 1970, se formalizando na década de 1980. A micro-história é um modelo historiográfico que reduz a escala de análise para perceber aspectos que não são detectáveis na escala macro. Ela faz perguntas gerais a contextos diferentes, evidenciando a singularidade de cada um. Seus representantes que ganham mais destaque são Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Carlo Poni, sendo que possuem adeptos em vários lugares do mundo. Tanto a micro-história quanto a nova história cultural foram influenciadas por diversas disciplinas, em especial a antropologia, e buscaram alcançar uma história o mais próximo possível do real, embora seja consenso que é impossível alcançar o todo. A partir de agora será traçada a trajetória desses dois campos teórico-metodológicos bem como estabelecer-se-á a relação existente entre os dois.

História Cultural

No século XIX e início do XX já havia publicações a respeito dos campos do social e do cultural, embora de maneira bastante tímida em relação às temáticas dos domínios econômico e político. Mas foi em meados do século XX que o interesse por aqueles campos recebeu maior destaque entre historiadores marxistas e da escola dos *Annales*. A partir das décadas de 1950 e 1960, historiadores marxistas passaram a se interessar pela história social e a publicar livros e artigos sobre a composição social e a vida cotidiana das classes populares (HUNT, 1992). Os historiadores da escola dos *Annales*, desde a década de 1920, já vinham propondo uma história mais interdisciplinar que problematizava o social, preocupada com os setores anônimos, seus modos de viver, sentir e pensar (VAINFAS, 1997).

¹ Este artigo se refere à micro-história italiana. Para saber mais sobre os diversos movimentos que têm sido reconhecidos como micro-história ao redor do mundo, ver: MARQUIEGUI, Didier Norberto. ¿Existió la microhistoria? *História Unisinos*, v. 20, n. 3, p. 249-259, 2016.



A história das mentalidades inaugurada no final da década de 1960, que valorizava temas ligados à religiosidade, aos sentimentos e aos rituais, não representou uma ruptura para a corrente dos *Annales*, mas uma retomada das antigas preocupações de seus precursores, Lucien Febvre e Marc Bloch. Já na segunda fase dos *Annales*, marcada pela influência de Fernand Braudel, as inquietações daqueles historiadores foram aprofundadas e consolidou-se uma história sintética², também pretendida por Bloch e Febvre (VAINFAS, 1997). No final da década de 1940, Braudel apresentou um modelo sobre o mundo mediterrânico a partir de uma intensa pesquisa sobre economia e sociedade. Estabeleceu três níveis de tempo que se cruzam na história das sociedades: a *longue durée*, que representa a relação dos seres humanos com o espaço geográfico; a *conjuncture*, ou tempo médio, voltada para a vida social; e o evento, que incluía a política e tudo que dizia respeito ao indivíduo (HUNT, 1992).

A longa duração ou estrutura era a medida de tempo mais importante para Braudel, e teria estreita relação com a concepção de mentalidades, “concebidas como estruturas de crenças e comportamentos que mudam muito lentamente, tendendo por vezes à inércia e à estagnação” (VAINFAS, 1997, p. 199-200). Porém, o trabalho de Braudel não se ateve ao estudo das mentalidades, apenas forneceu importantes instrumentos teóricos para os futuros historiadores desta seara. No final da década de 1960, a terceira geração dos *Annales*, composta por nomes como Le Goff, Duby e Burguière, se dedicou então a estudar os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações, não dando mais tanta importância para preocupações de base socioeconômica ou da vida material (VAINFAS, 1992). Os marxistas também se interessaram pela história da cultura, dedicando-se ao funcionamento da superestrutura (como, por exemplo, o interesse pela linguagem e a manipulação de experiências materiais por modos culturais), no entanto, apenas estreitavam ainda mais a relação com o modelo marxista de explicação histórica (HUNT, 1992).

A história das mentalidades apresenta vários problemas e foi alvo de muitas críticas por parte dos historiadores. Os próprios autores das mentalidades não chegaram a um acordo sobre o aparato conceitual desse campo de análise e alguns até afirmaram sua inconsistência.

² Os historiadores dos *Annales* combatiam a história historicizante, preocupada com fatos singulares, principalmente os de natureza política, diplomática e militar. Uma história que não dialogava com outras disciplinas e pretendia buscar a verdade dos fatos através de documentos verdadeiros e autênticos. Contra essa história, estes historiadores propunham uma história totalizante que problematizasse o social e fosse preocupada com as massas anônimas. Uma história permeada pelo espírito de síntese interdisciplinar, disposta a analisar as estruturas e a compreender e explicar a reconstrução de fatos em série (VAINFAS, 1997).



Uma crítica influenciada pelas teorias de Geertz foi a falta de antropologia nos trabalhos dos historiadores das mentalidades, que não buscavam em suas pesquisas os significados que os próprios atores sociais empregavam às suas práticas sociais. Outro problema da disciplina foi crer que a história é capaz de produzir uma narrativa verdadeira sobre a realidade, algo refutado por muitos historiadores, sendo que alguns até mesmo não veem diferença entre o discurso histórico e o ficcional. Além disso, a história das mentalidades foi criticada por propor uma coerência nos modos de pensar e agir de uma determinada sociedade, em detrimento da pluralidade de crenças e racionalidades existentes em uma mesma cultura ou indivíduo (VAINFAS, 1997).

Historiadores da quarta geração dos *Annales*, como Roger Chartier e Jacques Revel, criticaram o posicionamento dos autores das mentalidades, que as entendiam como um terceiro nível de experiência histórica. Para aqueles,

o terceiro nível não é de modo algum um nível, mas um determinante básico da realidade histórica. [...] As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural (HUNT, 1992, p. 9).

Esses historiadores foram influenciados pelas teorias de Foucault, para quem nenhum objeto intelectual, seja a loucura, a medicina ou o Estado, é natural, todos eles são construídos historicamente e, portanto, sujeitos a mudanças por determinada época ou lugar. Foucault, assim como os marxistas e os historiadores dos *Annales*, ofereceu contribuições importantes para o campo da história cultural, estudando a cultura “pelo prisma das tecnologias de poder, que ele situou estrategicamente no discurso” (HUNT, 1992, p. 12).

A antropologia e a teoria da literatura também são disciplinas significativas nessa renovação do estudo das culturas. A contribuição mais notável para a história cultural talvez tenha sido a do antropólogo Clifford Geertz.

Geertz, com sua “descrição densa”, derivada da antropologia simbólica, insistia que toda atividade social transparece dentro de uma rede de significações, e os símbolos/textos devem ser lidos e interpretados no seu próprio contexto, usando a lógica interna do sistema local (WEINSTEIN, 2003, p. 188).

Ou seja, o objetivo principal da história cultural seria decifrar os significados. Para o antropólogo Marshall Sahlins, neoestruturalista que retoma as teorias de Braudel e Lévi-Strauss, o foco está em relacionar evento e estrutura. O objetivo do antropólogo é descobrir



como os eventos, ou a história, são organizados pela estrutura (a cultura), e como a estrutura sofre transformações ao longo do tempo, ou seja, entender como a reprodução de uma estrutura torna-se sua transformação (BIERSACK, 1992).

A crítica literária, por sua vez, “tem ensinado os historiadores a reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica” (KRAMER, 1992, p. 131-132). Dois expoentes desta disciplina são Hayden White e Dominick LaCapra que, embora se apoiem em diferentes teóricos, ambos

[...] compartilham a crença de que as estruturas narrativas e os pressupostos ontológicos não examinados prefiguram todas as obras históricas, bem como nossa compreensão da realidade, fora do âmbito dos livros. Assim, o grande valor da teoria literária provém de sua análise dos códigos e das convenções retóricas dos quais os historiadores inconscientemente dependem (KRAMER, 1992, p. 146).

Assim como os dois autores citados, Roger Chartier também se dedicou ao estudo da linguagem e das práticas discursivas, mais especificamente à história da leitura. A contribuição de Chartier para a história cultural foi defender que os produtos culturais são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras, portanto, a finalidade do trabalho do historiador cultural seria identificar de que maneira eles são apropriados pelos grupos humanos (CHARTIER, 1995). Deste modo, a teoria de Chartier vai de encontro à teoria de Geertz, pois este pressupõe que todas as expressões culturais têm o mesmo significado dentro de determinado universo simbólico, anulando as diferenças na apropriação dos produtos culturais. Chartier também não reconhece a cultura como um nível diferente do econômico e do social, para ele, “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo” (HUNT, 1992, p. 25).

Nesse sentido, Chartier juntamente com Michel de Certeau, contribui para a história cultural afirmando que a cultura pode ser examinada a partir da relação interativa entre práticas e representações.

Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver [ou também modos de pensar e sentir]” (BARROS, 2011, p. 46).



As práticas e representações são sempre um resultado de determinados interesses e necessidades da sociedade, contemplando um conjunto maior de fenômenos culturais dinâmicos. Isso permite novas perspectivas para o estudo da cultura (BARROS, 2011).

Como exposto, a história cultural sofreu várias modificações ao longo do tempo. Modificações influenciadas por diversas disciplinas e autores que resultaram na chamada nova história cultural. Esta, por sua vez, passou a se dedicar também ao estudo da cultura popular, e não somente apenas à cultura erudita, como o fazia tradicionalmente. Para Serna e Pons (2013), é impossível realizar uma síntese ou propor uma definição a respeito do que a história cultural aborda, devido à grande quantidade e variedade de trabalhos já realizados neste campo. No entanto, os autores defendem que a história cultural é aquilo que fazem os historiadores que são reconhecidos por isso ou que afirmam serem historiadores culturais.

A nova história cultural surgiu na década de 1970, e os historiadores reconhecidos em tal campo passaram a estabelecer uma hierarquia de objetos e metodologias a partir de suas próprias pesquisas, uma hierarquia confirmada pelos seus colegas da academia. Assim, os principais historiadores deste domínio são Roger Chartier, Peter Burke, Natalie Davis, Carlo Ginzburg e Robert Darnton, os quais são identificados por Serna e Pons (2013) como constituintes de um colégio invisível. “En sociología de la ciencia, esta expresión designa aquel ámbito en el que unos objetos comunes de investigación y unos procedimientos y métodos compartidos acercan a investigadores que pueden estar geográficamente muy distantes” (p. 31).

Deste modo, estes autores são grandes referências da história cultural, pois suas pesquisas influenciaram muito este campo de estudo até renová-lo por completo. Mesmo sendo oriundos de diferentes lugares do globo, estes historiadores expressam afinidades e contribuem para uma mesma prática historiográfica. Analisam objetos de estudo diferentes e utilizam metodologias diversas, mas estabelecem um diálogo acadêmico, até mesmo mencionando uns aos outros em seus livros, destacando a contribuição de cada um para a disciplina. Suas obras propuseram uma mudança atrevida, abandonando o convencionalismo da profissão e distanciando-os de seus colegas. Esta nova história cultural deixa explícito os recursos epistemológicos que utiliza e entende a narrativa como ferramenta para ordenar e dar significado e não apenas como ornamento. Algumas de suas obras também expressam uma



vontade de atrair um público mais vasto, oferecendo uma sedução verbal e estrutural (SERNA; PONS, 2013).

Um ponto em comum no trabalho destes historiadores é que suas obras geralmente se debruçam sobre uma pequena escala de observação, como indivíduos ou uma pequena comunidade, objetivando captar os esquemas culturais dos antepassados a fim de entender as razões de seus atos e as suas intenções. São pesquisas que analisam partes de um todo que já não é mais possível reconstituir como inteiro, investigando objetos parciais ou pequenos episódios, após um período em que a historiografia de Braudel destacava a importância das grandes narrativas. É uma historiografia que busca alcançar o passado iluminando partes. Porém, isso não significa que o todo não é mais importante para a historiografia, significa que todas as partes possuem uma conexão com o todo, portanto, são uma maneira de acessar a realidade. “En una narración histórica, el hecho concreto puede tomarse como la respuesta local a una pregunta universal y con ello podemos ahondar en el conocimiento humano” (SERNA; PONS, 2013, p. 36).

Estes historiadores ampliaram o domínio da história cultural, apontando aspectos hierarquicamente decisivos e redescobrimo um passado que até então estava despercebido para os historiadores. Por fim, seus principais objetos de estudo tem sido:

[...] la cultura popular, el pensamiento y el sentido común, el gran creador pero también el individuo de las clases subalternas a quienes llegan ecos e influencias lejanas, variadas, milenarias; el otro que desmiente y en cuyos rasgos o actos no nos identificamos, partícipe de un mundo aparentemente conocido, semejante al nuestro, pero regido por convenciones ajenas, de significado distinto, encarnación de la alteridad y causa de extrañeza en un observador contemporáneo; la lectura, el ejercicio de descodificar las palabras que no nos pertenecen, que no pertenecieron más que a un tercero, la práctica de intervenir activamente interpretando con libertad y con restricciones, con audacia y con fidelidad a las instrucciones textuales y contextuales; las imágenes, la representación del poder y su difusión, la transmisión de valores, de significados, a través del arte y de los medios de comunicación, empleando la *techné*, el oficio heredado, pero también la creación y sus hallazgos (SERNA; PONS, 2013, p. 38).

Micro-história italiana

Após essa explanação sobre a constituição do campo da história cultural na historiografia, será exposto as relações deste domínio com a micro-história, bem como o surgimento e desenvolvimento desta última. Primeiramente, é importante destacar que assim como a nova história cultural, também a micro-história nasceu de uma insatisfação frente às



disponibilidades da historiografia do seu tempo, como a recusa às grandes narrativas e à história teleológica, baseada em processos de causação e explicação. A influência da antropologia cultural, principalmente da teoria de Clifford Geertz, também privilegiou a micro-história, a qual se utiliza da redução da escala de observação para alcançar aspectos que não poderiam ser detectados em uma grande escala de análise.

A micro-história italiana se institucionalizou a partir da década de 1980, no entanto, antes disso os seus protagonistas já vinham realizando uma discussão historiográfica e política. Na década de 1970, autores como Giovanni Levi e Edoardo Grendi questionavam os modelos e os instrumentos interpretativos da esquerda, criticando a historiografia conservadora. Eles buscavam

[...] mostrar os trágicos impasses teóricos e práticos de uma esquerda que, baseando-se em uma visão rigidamente teleológica da história, havia implicitamente adotado uma série de representações do real e das hierarquias das relevâncias de tipo economicista e fundamentalmente conservadora (GRIBAUDI, 2016, p. 34).

Os historiadores da esquerda institucional acreditavam que a micro-história era perigosamente subversiva, e não queriam abandonar os modelos marxistas que os inspiravam. A micro-história, por sua vez, combatia justamente os pressupostos que essa esquerda havia adotado desde a segunda metade do século XIX, os quais eram a história preocupada com causas e origens e a imagem positivista de progresso, interpretando o presente como última etapa do progresso social. Os micro-historiadores visavam “[...] romper com a ideia de necessidade linear dos processos históricos e [...] restituir a complexidade a cada fragmento do passado, a plena historicidade de cada presente da história” (GRIBAUDI, 2016, p. 36).

A ideia linear de desenvolvimento, que comparava o nível de progresso de diferentes grupos sociais, trazia à tona o problema do protagonismo social, “a necessidade de individualizar, avaliar e mostrar, para cada indivíduo, a sua qualidade de agente da história” (GRIBAUDI, 2016, p. 38). Isso deixa claro a estreita relação da micro-história com a história oral, a qual também busca dar voz aos indivíduos invisibilizados. A historiografia conservadora privilegiava alguns espaços e grupos sociais em detrimento de outros, porém, para os micro-historiadores, assim como para os historiadores da nova história cultural, a cultura popular (a qual era um campo ignorado por aquela historiografia) representa “[...] um



modo diferente de ler uma mesma realidade e [...] um recipiente de possíveis bifurcações para a história que não foram tentadas” (CASELLATO, 2016, p. 57).

Entretanto, a esquerda institucional recusou as sugestões da micro-história e acabou sendo ultrapassada por esta, que alcançou sucesso mundial, sendo introduzida em regiões como América do Norte, América Latina, norte da África, Ásia e em outros países do continente europeu, tendo como importantes disseminadores os historiadores Jacques Revel e Natalie Zemon Davis, bem como os seus protagonistas Giovanni Levi, Carlo Poni, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi (GRIBAUDI, 2016).

A revista “Quaderni storici” foi um periódico de extrema importância para a instituição das redes e dos lugares de elaboração das práticas que seriam definidos explicitamente como micro-história. “O periódico é uma referência para a historiografia italiana e caracteriza-se pela abertura para as ciências humanas, para a geografia e para a antropologia” (CASELLATO, 2016, p. 58). Assim como a coletânea “Micro-histórias”, lançada em 1981 pela editora Einaudi e dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, “[...] que impulsionou a experimentação historiográfica sobre o terreno empírico e conjunto teórico e epistemológico, aprofundando limites disciplinares, cronológicos e geográficos [...]” (CASELLATO, 2016, p. 60).

Com a institucionalização da micro-história no espaço acadêmico, ela passou de um projeto político e científico para uma prática metodológica. Assim, a micro-história busca

[...] a reconstrução dos momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem (LEVI, 2016, p. 23).

Portanto, a micro-história não é o estudo de coisas pequenas, acontecimentos, situações individuais, mas sim uma abordagem histórica que busca a complexidade e a problematização “[...] de contextos temporais e espaciais diferentes, deixando às situações singulares a sua especificidade não repetível” (LEVI, 2016, p. 25). Uma das características da metodologia é a generalização das perguntas e não das consequências, ou seja, “as mesmas perguntas podem ser direcionadas a contextos diferentes, não para ter confirmações e analogias ou semelhanças, mas para ter respostas válidas somente naquele caso específico” (LEVI, 2016 p. 26). Assim, a micro-história busca na análise de um caso singular, as



perguntas que objetivam uma reconstrução da realidade sempre parcial, que não está livre de ser um fragmento de verdade.

Ela defende a não linearidade e pretende mostrar que não existem certezas absolutas: a observação minuciosa de um fato possibilita novas perguntas que ampliem a compreensão da realidade, corrigindo simplificações feitas pelas grandes narrações. Na realização de uma pesquisa micro-histórica é imprescindível a sobreposição de diversos tipos de fontes, o que possibilita a reconstrução do entrelaçamento de diversas conjunturas. Como afirma Carlo Ginzburg, a análise micro-histórica permite “[...] a reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula” (1989, p. 178).

Assim, apesar da teoria de Geertz ter influenciado profundamente a micro-história no que concerne à redução da escala de análise, aquela apresenta limitações de acordo com Levi. A descrição densa de Geertz não questiona as limitações, as possibilidades e a mensurabilidade da racionalidade humana dentro de um mesmo contexto, apenas se contenta em descrever os significados das ações, com o objetivo de combater o anti-relativismo. Deixando de problematizar o contexto, tem-se uma história cultural sem análise social, ou “[...] uma análise social extremamente estereotipada extraída de uma história cultural intensivamente investigada” (LEVI, p. 151). Para Levi,

[...] uma das principais diferenças de perspectiva entre a micro-história e a antropologia interpretativa é que a última enxerga um significado homogêneo nos sinais e símbolos públicos; enquanto a micro-história busca defini-los e medi-los com referência à multiplicidade das representações sociais que eles produzem (LEVI, 1992, p. 149).

Uma preocupação dos micro-historiadores, como dos historiadores da nova história cultural, é a questão da narrativa, a qual deve aproximar o leitor do autor, contemplando um público mais amplo e não apenas o público acadêmico. De acordo com Levi, devem fazer parte da narrativa os procedimentos da pesquisa, “as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. [...] O leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico” (1992, p. 153). Por fim, Levi elenca as questões e posições comuns que caracterizam a micro-história:

[...] a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em



oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo (1992, p. 159).

Deste modo, é possível visualizar uma série de semelhanças entre a micro-história e a nova história cultural. Primeiramente, identificou-se que, tanto a nova história cultural quanto a micro-história, foram uma resposta à uma historiografia conservadora e limitada que, baseada em uma narrativa historicista-explicativa, já não oferecia mais uma análise realista da história. Essa insatisfação do tempo presente que gera alterações no tratamento com o passado remete ao próprio conceito de história:

Entende-se história não como sinônimo do passado. História é compreendida como o esforço deliberado dos homens e mulheres do tempo presente em compreenderem os movimentos do passado. São os problemas do tempo presente que colaboram na construção dos problemas a serem investigados pelos homens e mulheres no passado. Neste sentido a possibilidade de lidar com o passado é apresentada a partir dos problemas construídos e levantados no tempo presente. É o nosso olhar do presente, marcado por posições sociais e políticas, que constrói as interrogações que serão apresentadas ao passado (FIGUEIREDO, 2015, p. 15).

As duas também buscaram resgatar a complexidade da história além da linearidade aparente, voltando-se aos eventos ou episódios em detrimento do estruturalismo e da história quantitativa. Essa concepção foi bastante influenciada pela teoria de Clifford Geertz, porém, tanto a nova história cultural quanto a micro-história foram mais além, identificando e superando a limitação da descrição densa. Ambos historiadores deram atenção a temas que antes eram negligenciados pela historiografia dominante, como a cultura popular, e propuseram uma narrativa que deixasse explícito os recursos epistemológicos que utiliza e que fosse direcionada a um público mais amplo.

Entretanto, apesar de tantas semelhanças e de ambos historiadores não entenderem a cultura como um nível de experiência histórica, não significa que todos os historiadores da nova história cultural são micro-historiadores, como já foi suposto por alguns autores. O único pesquisador que compartilha os dois espaços é Carlo Ginzburg, o que significa que nem todos os historiadores que atuam na nova história cultural utilizam a micro-história como metodologia e que a micro-história não é uma metodologia empregada apenas em pesquisas sobre a cultura, ela pode ser utilizada para analisar qualquer tipo de assunto.

Assim, apesar de a micro-história e a nova história cultural terem atuado ativamente e serem representantes do processo de superação de uma história que apresentava uma série de



problemas para os historiadores, e, conseqüentemente, terem privilegiado eventos repletos de significados ao invés das narrativas macro-históricas, Weinstein percebe uma vontade por parte dos historiadores

[...] de voltar a uma narrativa mais abrangente, que abra possibilidades de pensar novamente em causas e origens — se não no sentido positivista, com suas leis de causação, pelo menos como um grande evento [...]. É perceptível a nostalgia de uma narrativa macro-histórica que nos permita pensar mais explicitamente nas conseqüências das operações de significação que ocupam tanto espaço nas pesquisas mais recentes (WEINSTEIN, 2003, p. 193).

Este anseio parece ir ao encontro da variedade de abordagens e correntes historiográficas que compõe a história global³, um empreendimento intelectual em curso desde o início da década de 1990. Este campo acadêmico em formação compreende uma série de tendências historiográficas distintas, como a história conectada, cruzada, transnacional, comparada, mundial e entre outras, mas que possuem em comum dois objetivos principais: a vontade de superar o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo. E, embora a história global não tenha uma definição unânime, historiadores vêm empregando esforços para traçar uma delimitação. Alguns cuidados metodológicos já foram postos, como

a necessidade de se trabalhar com a longa duração, a validade de se trabalhar tanto com fontes primárias quanto secundárias, e a necessidade de uma pesquisa multiarquivo que contemple os lados tratados na investigação. [...] Há clara necessidade de domínio de idiomas, como o inglês, para maior impacto da pesquisa e debates a seu respeito, além das línguas específicas de cada fonte. Por fim, faz-se necessário o domínio por parte do pesquisador da tecnologia para facilitar o acesso a fontes ou trata-las, assim como para eventualmente gerir pesquisa coletiva e também divulgá-la eficientemente (SANTOS JÚNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 494).

Contudo, é importante salientar que a micro-história nunca deixou de analisar os processos em escala macro. Para Revel, importante historiador vinculado à micro-história, não existe oposição entre história local e história global, pois todos os processos acontecem nos mais variados níveis de experiência, sendo que a verdadeira chave de leitura do historiador deve ser o jogo de escalas. “O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global” (REVEL, 1998,

³ Para saber mais sobre história global, ver: VENGOA, Hugo Fazio. “La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado y del presente”. *História Crítica*. Edição Especial. Bogotá, v. 39, 2009, p. 300-319. FICKER, Sandra Kuntz. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/66524>.



p. 28). Nenhuma escala é mais verdadeira do que as outras, é o conjunto delas que nos permite chegar o mais próximo da realidade.

A aposta da análise microssocial – e sua opção experimental – é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes (REVEL, 1998, p. 32).

Deste modo, compreende-se que desde há muito os historiadores se debruçam heurísticamente sobre os níveis de tempo na ciência histórica, sem encontrar um consenso unânime. O que nos leva a depreender que uma concepção não é melhor do que outra, assim como uma não exclui a outra; cabendo aos pesquisadores estarem atentos aos ensinamentos que todas elas têm tentado demonstrar. A história global não é o oposto da micro-história, as duas propõem abordagens historiográficas distintas, que se constituíram como respostas às insatisfações dos historiadores em períodos históricos diferentes. Elas são melhor aplicadas em determinados temas de pesquisa e mais apropriadas a certos problemas, ficando a cargo dos historiadores a utilização adequada destas propostas.

Considerações finais

O caminho trilhado até aqui já expôs a relação entre a história cultural e a micro-história, o que nos leva a constatar que as duas surgiram diante das mesmas insatisfações historiográficas (longas narrativas preocupadas com causas e origens, a concepção linear de desenvolvimento, a ideia de cultura como um nível de experiência histórica, a preferência de alguns temas sobre outros), as quais foram motivadas por inquietações do presente vivido por aqueles historiadores. A nova história cultural e a micro-história se preocuparam em apresentar um contexto extremamente complexo, e a analisar assuntos que antes eram ignorados, como a cultura popular. Porém, diante de tantas semelhanças, jamais é possível afirmar que são a mesma coisa ou que seus historiadores compartilham das duas concepções. A nova história cultural é um domínio da história e se dedica a estudar a cultura da melhor maneira possível, enquanto a micro-história é um modelo historiográfico que pode ser aplicado a qualquer assunto, preferencialmente voltado para a redução da escala de análise sem ignorar o todo.

A nova história cultural e a micro-história se beneficiaram muito com a valorização da análise de pequenos acontecimentos e com a influência da antropologia cultural, porém,



superaram as inconsistências da teoria de Geertz e mostraram sua excelência histórica. Apesar disso, a partir da década de 1990, o movimento da história global voltou a propor a longa duração como possibilidade de pesquisa. Assim, concluímos que não há um consenso entre os historiadores a respeito da utilização das escalas temporais, porém, a sugestão de Revel com a variação de escalas parece ser o método mais acertado para alcançar o complexo real.

Referências

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 2011, p. 38-63.

BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 97-130.

CASELLATO, Alessandro. História Oral e Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines et al (Org.). **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 52-71.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio histórico material e imaterial e a invenção da história. In: REIS, Alcenir, Soares dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**, Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 13-24.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo et al. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

GRIBAUDI, Maurizio. A longa marcha da Micro-História: da política à estética? In: VENDRAME, Maíra Ines et al (Org.). **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 32-51.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1-29.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 131-173.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.

_____. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines et al (Org.). **Ensaio de micro-história: trajetória e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 18-31.



REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEVSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, 2017, p. 482-502.

SERNA, Justo; PONS, Analet. **La historia cultural**: autores, obras, lugares. Madri: Ediciones Akal, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 189-241.

WEINSTEIN, Bárbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. **História**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2003, p. 185-210.